

PARECER JURÍDICO

PROCESSO SCDOC Nº 5290/2019

INTERESSADO: Gerência de Recursos Humanos da CEGÁS

EMENTA: Trabalhista – Acordo Coletivo de Trabalho 2019 e 2020. Empregados Públicos regidos pela CLT. Sociedade de Economia Mista. Pessoa Jurídica de Direito Privado. Competência do Conselho de Administração da CEGÁS.

DOS FATOS

Trata o presente da solicitação da Gerência de Recursos Humanos da CEGÁS para a análise e emissão de Parecer Jurídico acerca do Acordo Coletivo de Trabalho 2019 e 2020, no qual foi negociado com o SINDIPETRO os seguintes termos:

- A) Vigência do acordo e data-base (Cláusula 1ª);
- B) Reajuste dos salários (Cláusula 3ª);
- C) Auxílio-alimentação (Cláusula 12ª);
- D) Auxílio-creche/educação infantil (Cláusula 14ª);
- E) Auxílio ensino fundamental/médio (Cláusula 15ª);
- F) Kit de conversão de gás natural (Cláusula 17ª);
- G) Plano de aposentadoria complementar (Cláusula 18ª);
- H) Auxílio doença e auxílio acidente (Cláusula 29ª).

Para a instrução do processo administrativo, está acostada aos autos a seguinte documentação:

- I. Às fls. 02/05, Justificativa exarada pela Gerente de Recursos Humanos da CEGÁS, conforme a seguir transcrito:
“Diante do encerramento, em 31/03/2019, da vigência do ACT 2017/2018, as partes iniciaram as negociações visando a assinatura de um novo Acordo Coletivo, sendo que nas reuniões a proposta apresentada pela CEGÁS estava baseada nas linhas gerais e específicas de negociação aprovadas pelo CONAD na sua última reunião.”

- II. Às fls. 06/16, Minuta do Acordo Coletivo de Trabalho 2019 e 2020;
- III. Às fls. 17/25, Cópia do 1º Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2017 e 2018;
- IV. À fl. 26, Cópia da Carta do SINDIPETRO CE/PI aprovando a proposta do ACT 2019/2020;
- V. À fl. 27, Cópia da Portaria Interministerial nº 2.998/2001.

Foram os fatos.

Passamos à análise.

DO DIREITO

1. Sociedade de Economia Mista: Personalidade Jurídica de Direito Privado

A Companhia de Gás do Ceará, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº. 12.010/1992, constitui-se como sociedade de economia mista, conceituada pelo professor Hely Lopes Meirelles, como “pessoas jurídicas de Direito Privado, com participação do Poder Público e de particulares no seu capital e na sua administração, para a realização de atividade econômica ou serviço público outorgado pelo Estado.” (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 38ª Ed. Malheiros. São Paulo. 2012)

É o que estabelece o Estatuto Social da Companhia, em seu art. 1º, a seguir:

“Art. 1º. A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS, constituída com base na Lei Estadual nº 12.010, de 05/10/92, é uma sociedade de economia mista do Estado do Ceará, que **se regerá por este Estatuto, pela Lei das Sociedades por Ações e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie.**”

Sobre a natureza desta espécie de entidade, é de bom alvitre citar os dizeres de Di Pietro:

“(…) ela foi idealizada, dentre outras razões, principalmente por fornecer ao Poder Público instrumento adequado para o desempenho de atividades de natureza comercial e industrial; foi precisamente a forma de funcionamento e organização das empresas privadas que atraiu o Poder Público. Daí a sua personalidade jurídica de direito privado.”

Embora elas tenham personalidade dessa natureza, o regime jurídico é híbrido, porque o direito privado é parcialmente derogado pelo direito público. Mas, falando-se em personalidade de direito privado, tem-se a vantagem de destacar o fato de que ficam espancadas quaisquer dúvidas quanto ao direito a elas aplicável: será sempre o direito privado, a não ser que se esteja na presença de norma expressa de direito público.” (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 556)”

Sendo assim, os gestores públicos desses entes devem respeitar regras de direito público e de direito privado, cuja linha divisória, por diversas vezes, pode ser bem tênue.

Especificando a atuação das empresas de economia mista sob o regime jurídico privado, delimita a Constituição Federal, no art. 173, §1º, inciso II, *in verbis*:

“(...)

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

(...)

II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;”

Em regulamentação ao disposto constitucional, o legislador editou a **Lei nº 13.303/2016**, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, indicando em seu art. 4º que:

“Art. 4º Sociedade de economia mista é a entidade **dotada de personalidade jurídica de direito privado**, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.”

Ademais, o Contrato de Concessão realizado com o Governo do Estado do Ceará, garante à CEGÁS autonomia econômica, técnica, administrativa e financeira, para o regular desenvolvimento da atividade concedida, prioritariamente privada, *in verbis*:

“CLÁUSULA OITAVA - AUTONOMIA

8. À CONCESSIONÁRIA é concedida plena autonomia econômica, técnica, administrativa e financeira, para o regular desenvolvimento da atividade concedida.”

Ainda que a CEGÁS seja uma entidade vinculada à Secretaria de Infraestrutura, segundo o preceituado no Decreto Estadual nº. 30.748/11, essa vinculação não implica em subordinação, já que a Companhia é dotada de plena autonomia econômica, técnica, administrativa e financeira, nos termos do acima transcritos.

Fortalecendo esse entendimento, a Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), garante o seguinte:

Art. 89. O exercício da supervisão por vinculação da empresa pública ou da sociedade de economia mista, pelo órgão a que se vincula, não pode ensejar a redução ou a supressão da autonomia conferida pela lei específica que autorizou a criação da entidade supervisionada ou da autonomia inerente a sua natureza, nem autoriza a ingerência do supervisor em sua administração e funcionamento, devendo a supervisão ser exercida nos limites da legislação aplicável.

(...)

Art. 90. As ações e deliberações do órgão ou ente de controle não podem implicar interferência na gestão das empresas públicas e das sociedades de economia mista a ele submetidas nem ingerência no exercício de suas competências ou na definição de políticas públicas.

2. Empregados públicos: regime celetista.

Quanto ao quadro de pessoal da sociedade de economia mista, destaque-se que há diferença entre Servidor Público em regime estatutário – cuja competência para dirimir os conflitos existentes é o da Vara da Fazenda Pública, e o regramento de

peçoal a ser seguido é o estatuto dos servidores – e o Empregado Público em regime celetista – cuja competência para dirimir conflitos é a Vara Federal da Justiça do Trabalho, e o regulamento de peçoal a ser seguido é a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Por sua vez, a CEGÁS, como sociedade de economia mista, tem em seu quadro de peçoal **empregados públicos celetistas**, divididos em empregados efetivos e empregados em comissão. Reitere-se: ambos regidos pelo regime celetista, em consonância com a natureza jurídica que é atribuída a uma sociedade de economia mista.

Consequentemente, têm seu regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho. Isso também por força do disposto na Constituição Federal, agora em seu art. 173, §1º, inciso II, reitere-se:

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da **sociedade de economia mista** e de suas subsidiárias **que explorem atividade econômica** de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

(...)

II - a **sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações** civis, comerciais, **trabalhistas** e tributários;

Nesse sentido também a Súmula nº. 455 do TST, aqui transcrita:

Súmula nº 455 do TST

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. ART. 37, XIII, DA CF/1988. POSSIBILIDADE. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 353 da SBDI-1 com nova redação) – Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014

À sociedade de economia mista não se aplica a vedação à equiparação prevista no art. 37, XIII, da CF/1988, pois, **ao admitir empregados sob o regime da CLT, equipara-se a empregador privado, conforme disposto no art. 173, § 1º, II, da CF/1988.**

Desse modo, rege-se pelo **contrato de trabalho**, e pelas normas constantes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a relação jurídica que se dá entre a Administração Pública e o empregado celetista, que exerce suas funções em empresas públicas e sociedades de economia mista. É esse contrato, de natureza privada, que delimita direitos e obrigações de ambas as partes, e que contém dados formais relacionados ao início e ao término do vínculo empregatício, em conformidade com o que dispõe a CLT.

3. Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)

Nesse passo, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), de um modo geral, apresenta-se como instrumento de organização e normatização das relações de trabalho entre o empregador e o empregado.

Sendo o normativo que regulamenta e complementa a relação entre o empregador e o empregado, a alteração do ACT constitui também alteração ao contrato de trabalho, sendo necessário, portanto, o cumprimento do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, em especial o que segue:

Art. 468 - Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

Segundo o disposto no §1º do artigo 611, do mesmo diploma legal:

Art. 611 - Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.

Para que o Acordo Coletivo de Trabalho tenha validade, é necessária uma negociação coletiva entre empresa, empregados e sindicato, com o intuito de aprovar as regras que serão nele contidas de interesse das partes, em uma Assembleia Geral de Trabalhadores realizada especialmente para este fim.

Assim, estando as partes (Empregador, Empregados e Sindicato) de acordo com a proposta do Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2020, o instrumento deve ser depositado no Ministério do Trabalho e Emprego.

O Acordo Coletivo de Trabalho possibilita às partes a pactuação de regras que não têm previsão direta nas Leis e que não podem ser celebradas em contrato individual, suprimindo esta expressiva lacuna, sendo que atualmente esse tipo de normatização traz segurança jurídica suficiente às partes envolvidas em razão da política da valorização das negociações coletivas, conforme artigo 7º, XXVI, da Constituição Federal:

“Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

Outrossim, o Acordo de Acionistas da Companhia pactuou a composição de seus órgãos internos, deixando a cargo do Estatuto Social da empresa a delimitação das competências de cada um deles.

Reitere-se à exaustão que a CEGÁS é uma sociedade de economia mista, que **se regerá pelo Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações e demais dispositivos internos e legais aplicáveis à espécie.**

Mister destacar que é competência do Conselho de Administração da CEGÁS, nos termos do Estatuto Social da CEGÁS, deliberar sobre as normas de administração de pessoal incluindo os critérios para a fixação de sua remuneração, como segue:

Art. 15. Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas na legislação aplicável:

(...)

XI – deliberar sobre a fixação do quadro de pessoal e cargos de confiança, seu aumento e redução, **normas de administração de pessoal incluindo os critérios para a fixação de sua remuneração.**

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, considerando o que dos autos consta, e considerando, ainda, a legislação vigente, esta Assessoria Jurídica opina favoravelmente, numa análise estritamente jurídica, quanto ao encaminhamento do Acordo Coletivo de Trabalho 2019 e 2020 para aprovação do Conselho de Administração da CEGÁS, com fundamento específico na competência prevista no art. 15, inciso XI, do Estatuto Social da Companhia.

É o parecer, S.M.J.

Fortaleza, 09 de agosto de 2019.


REBECA ARAUJO
ASJUR - CEGÁS

De acordo:


GEOVANA FRÓES
ASSESSORA JURÍDICA